



Celeridade e informalidade: 1ª VF-Cachoeiro concentra esforços para resolver processos de moradores de Iúna e Irupi



A 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim realiza nesta semana, de 27 a 30 de julho, um esforço concentrado de audiências relativas às partes residentes em Iúna e Irupi. Cada um dos dois juízes da Vara - Osair Victor de Oliveira Junior e Rodrigo Reiff Botelho - preside 10 audiências diárias, perfazendo-se um total de 60 audiências na semana. Trata-se de apenas um quarto dos processos dos moradores daquelas cidades, que aguardam audiências para comprovação da qualidade de segurado especial e pretendem aposentadoria por idade. A Vara possui atualmente 759 processos aguardando audiência e, por isso, **tendo em vista os princípios da celeridade e informalidade, que regem os Juizados Especiais, um dos juízes realiza**

projeto piloto, presidindo duas audiências simultaneamente, o que, em caso de sucesso, pode resultar no aumento da quantidade de audiências realizadas por juiz por dia.

De acordo com o juiz federal Osair Victor, titular da 1ª VF-Cachoeiro, os dois primeiros dias foram proveitosos, com uma boa quantidade de acordos. “Tal empreitada só está sendo possível devido à colaboração da Procuradoria Federal de Cachoeiro de Itapemirim, dos advogados dos processos e do empenho dos servidores da Vara e da Seção de Apoio Administrativo”, destaca o magistrado.

Pregão de remoção de juízes para varas do Rio e do ES será realizado segunda-feira (02/08)

Está confirmado para segunda-feira, 2 de agosto, **às 11 horas**, o pregão de remoção para provimento dos cargos de juiz federal titular da 11ª Vara Federal Cível e do 10º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, da 1ª Vara Federal Mista de Nova Iguaçu, da 1ª Vara Federal Mista de Duque de Caxias e da 3ª Vara Federal Mista de São Gonçalo, na região metropolitana fluminense, e da 1ª Vara Federal Mista de Serra, no Espírito Santo. A sessão será realizada no Plenário do Tribunal (Rua Acre, 80, 3º andar), e será transmitida por videoconferência para a Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo.

De acordo com o edital publicado no dia 23 de junho no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R, disponível no site do TRF2), o pregão estava inicialmente agendado para o dia 6 de agosto. A alteração consta de comunicado da Presidência do TRF2, nos termos da Resolução nº 24, também da Presidência da Corte, de 11 de novembro de 2008. O documento estabelece que, “havendo necessidade de realização do pregão em data, horário ou local distintos daqueles inicialmente estabelecidos, será expedido ofício circular e comunicado pela Presidência, dispensada a publicação de novo edital, informando aos magistrados as alterações, observado o prazo de 20 dias de antecedência, vedada, no entanto, a alteração das vagas oferecidas”.

Ainda no dia 2 de agosto, no mesmo local e horário, será realizado o pregão para preencher os cargos de juiz federal titular da Vara Única de Barra do Piraí (RJ) e da 1ª Vara Federal Cível de Vitória (ES), como define outro edital, este publicado no e-DJF2R no dia 6 de julho.

Vale lembrar que os juízes interessados em concorrer às vagas poderão inscrever-se no prazo de 20 dias, contados da data de publicação dos editais. ACOS/TRF-2

Resultado final da prova para estágio no JEF em Cachoeiro de Itapemirim

A Justiça Federal do Espírito Santo divulga o resultado final do processo seletivo para estágio em Cachoeiro de Itapemirim/ES (veja [aqui](#)). O concurso destina-se ao preenchimento de uma vaga de estágio, e também para cadastro de reserva, do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Cachoeiro.

De acordo com o edital, os candidatos aprovados, que estejam entre o 5º e 9º período, serão convocados durante o prazo de validade do concurso (um ano).

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail estagio@jfes.jus.br. Seção de Desenvolvimento de RH e Estágio/Núcleo de Gestão de Pessoas

Inscrições para estágio nas Varas Federais em Vitória

A Escola da Magistratura Federal – Emarf, através de seu Núcleo Regional de Vitória/ES, realizará processo seletivo para estágio em Vitória/ES. O concurso destina-se ao preenchimento de 16 vagas para estagiários das Varas Federais de Vitória, de acordo com as normas do edital constante do site www.jfes.jus.br (link estágios – área de atuação - Emarf).

As inscrições deverão ser realizadas até 27/08/2010, mediante o preenchimento do formulário padronizado de inscrição, que se encontra no site www.jfes.jus.br (link estágios – área de atuação Emarf), e encaminhados para o e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br. (Emarf Vitória)

Participe dos próximos eventos da Emarf

Vêm aí mais três fóruns da Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf): **“Independência do Magistado e Interpretação das Normas no Campo Penal”** (06/08), **“Direitos Fundamentais em Situação de Crise”** (09/08) e **“Ativismo Judicial na Visão da Fazenda Pública”** (13/08).

Todos os eventos acontecerão das 9 às 13 horas e serão abertos ao público. Haverá transmissão por videoconferência para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta). As inscrições para magistrados federais devem ser feitas pela internet, no módulo do CAE (www.trf2.gov.br/emarf). Servidores e demais interessados podem se inscrever pelo telefone (27) 3183-5187 ou pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br.

Corregedoria Geral da Justiça Federal conclui visita a presídios federais

Os quatro presídios federais do Brasil estão cumprindo a sua finalidade, embora a falta de padronização em relação a procedimentos e a ocorrência de falhas pontuais. A conclusão é dos juízes federais auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Ávio Mozar Novaes e Erivaldo Ribeiro, ao encerrar, na penitenciária federal de Mossoró (RN), o ciclo de inspeções nos estabelecimentos. Antes, eles haviam inspecionado as penitenciárias de Catanduvas (PR), Campo Grande (MS) e Porto Velho (RO), sempre acompanhados pelos diretores desses estabelecimentos. (...)

De acordo com os juízes, a preocupação maior é verificar se a assistência material, médica, psíquica, pedagógica, jurídica e religiosa a que os detentos têm direito está sendo adequadamente prestada. Além de conversar com os próprios presos, os magistrados percorreram todas as instalações do presídio, supervisionando as condições de segurança e higiene. As visitas aos quatro presídios serão documentadas em um relatório a ser preparado pelos juízes e levado ao conhecimento do Depen.

Dentre os fatores considerados preocupantes, eles ressaltam a presença quase inexistente da Defensoria Pública Federal nesses estabelecimentos, que revela a precária assistência jurídica aos presos que não possuem recursos para pagar um advogado particular. (...)

Fonte: CJF - Publicado no Boletim de Notícias 357

Conselho certifica empresas parceiras do “Começar de Novo”

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está reconhecendo o empenho das empresas parceiras do programa Começar de Novo. Para isso, criou o selo do Começar de Novo, que é concedido às empresas que cumprem os requisitos estabelecidos na Portaria 49 do Conselho. Entre os requisitos estão a comprovação de oferta e realização de cursos de capacitação e a criação de vagas de trabalho para presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas e adolescentes em conflito com a Lei.

O selo do Começar de Novo já foi concedido ao Sport Clube Corinthians e à Cia Hering. A exportadora de café Guaxupé e o Instituto Liberty foram as mais novas empresas contempladas com a certificação. O presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, assinou as Portarias 134 e 129, pelas quais reconhece a atuação das empresas com intuito de promover a ressocialização dos presos e egressos. (...) **EN/MM - Agência CNJ de Notícias - Publicado no Boletim do CNJ 356**

Juizados dos aeroportos atendem a 150 passageiros no final de semana

Ao todo, 150 passageiros foram atendidos, no último final de semana, pelos juizados especiais instalados nos aeroportos do Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Brasília (DF) para solucionar conflitos relacionados a viagens ou buscar informações.



As unidades foram instaladas na última sexta-feira (23/07), por orientação da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e como resultado de uma parceria entre a Justiça Estadual e Federal dessas localidades.

Durante os três primeiros dias de funcionamento, atraso de voos, extravio de bagagens e *overbooking* foram alguns dos problemas enfrentados pelos 79 cidadãos que formalizaram reclamações nos juizados. Outras 71 pessoas recorreram aos juizados, em busca de orientações, informações sobre os direitos dos passageiros, ou para sanar dúvidas em relação ao funcionamento das unidades. (...) MB/MM - Agência CNJ de Notícias - Publicado no Boletim de

Notícias 355

Reforma do estádio de Brasília para Copa 2014 contará com mão de obra de 50 presos

Pelo menos 50 presos que cumprem pena em regime aberto e semiaberto vão trabalhar nas obras de reforma e ampliação do Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, para sediar a Copa do Mundo de 2014. Nesta terça-feira (27/07), o corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, e o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF-CNJ), Luciano Losekann, participaram da cerimônia que marcou o início das obras no estádio. Na ocasião, o CNJ assinou um termo de cooperação com o Governo do Distrito Federal, a Federação Internacional de Futebol (Fifa), a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap) e o consórcio responsável pela execução da obra, para formalizar a contratação. MB/MM - Agência CNJ de Notícias - Publicado no Boletim do

CNJ 355

Brasil ganhará mais três Juizados especializados em violência contra a mulher

Até o final deste ano serão instalados Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em mais três estados brasileiros: Rondônia, Santa Catarina e Paraíba. Assim, a meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de implantar pelo menos uma unidade especializada em cada estado da Federação estará praticamente cumprida,

restando apenas o estado de Sergipe implantar seu juizado. A ampliação de Juizados de Violência Doméstica faz parte da política institucional do CNJ que visa dar efetividade à Lei Maria da Penha e desenvolver políticas públicas e planejamento estratégico de proteção à mulher. (...) IC/MM - Agência CNJ de Notícias



Judiciário faz mobilização nacional para revisar situação de crianças e adolescentes acolhidos

Terá início nesta terça-feira (27/7) uma mobilização nacional para revisar a situação de crianças e adolescentes que estão em unidades de acolhimento. A ação promovida pela Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com as Coordenadorias de Infância e Juventude tem como objetivo traçar um diagnóstico da situação dos jovens abrigados, verificar quantas crianças estão nessas instituições e identificar as unidades de acolhimento existentes no país. “A iniciativa vai permitir um levantamento fiel da situação das crianças e dos adolescentes que estão nas entidades, para que o Judiciário tome as providências necessárias para atender aos interesses das crianças”, destaca o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Nicolau Lupianhes. MB/EF/MM - Agência CNJ de Notícias

CADASTRE-SE PARA ATUAR NO PROCESSO ELETRÔNICO DA JFES

É muito simples, prático e não precisa de assinatura eletrônica.

Acesse o site www.jfes.jus.br e veja como se cadastrar.